

Curso: Técnico de Nível Médio Subsequente em Informática para Internet  
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA  
Período Letivo: Módulo II  
Eixo temático: Tipologia Textual  
Professor: Emerson Tadeu Cotrim Assunção

## TEXTO E TEXTUALIDADE

COSTA VAL, M. G., *Redação e Textualidade*.  
S. Paulo, Martins Fontes: 1991.

### 1. O que é texto

Para se compreender melhor o fenômeno da produção de textos escritos, importa entender previamente o que caracteriza o texto, escrito ou oral, unidade lingüística comunicativa básica, já que o que as pessoas têm a dizer umas às outras não são palavras nem frases isoladas, são textos.

Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal.

Antes de mais nada, um texto é uma unidade de linguagem em uso<sup>1</sup>, cumprindo uma função identificável num dado jogo de atuação sociocomunicativa<sup>2</sup>. Tem papel determinante em sua produção e recepção uma série de fatores pragmáticos que contribuem para a construção de seu sentido e possibilitam que seja reconhecido como um emprego normal da língua<sup>3</sup>. São elementos desse processo as peculiaridades de cada ato comunicativo, tais como: as intenções do produtor; o jogo de imagens mentais que cada um dos interlocutores faz de si, do outro e do outro com relação a si mesmo e ao tema do discurso<sup>4</sup>; e o espaço de perceptibilidade visual e acústica comum, na comunicação face a face. Desse modo, o que é pertinente numa situação pode não o ser em outra. O contexto

<sup>1</sup> Cf. Halliday e Hansan (1978: 1-2).

<sup>2</sup> O conceito de texto aqui formulado segue, em linhas gerais, o pensamento de Schmidt (1978: 163-187)

<sup>3</sup> Cf. Widdowson (1981: 56).

<sup>4</sup> Cf. Pêcheux (1969: 16-23).

sociocultural em que se insere o discurso também constitui elemento condicionante de seu sentido, na produção e na recepção, na medida em que delimita os conhecimentos partilhados pelos interlocutores, inclusive quanto às regras sociais da interação comunicativa (uma certa "etiqueta" sociocomunicativa, que determina a variação de registros, de tom de voz, de postura, etc.<sup>5</sup>).

A segunda propriedade básica do texto é o fato de ele constituir uma unidade semântica. Uma ocorrência lingüística, para ser texto, precisa ser percebida pelo receptor como um todo significativo. A coerência, fator responsável pelo sentido do texto, será estudada no próximo item.

Finalmente, o texto se caracteriza por sua unidade formal, material. Seus constituintes lingüísticos devem se mostrar reconhecivelmente integrados, de modo a permitir que ele seja percebido como um todo coeso.

De acordo com o conceito adotado, um texto será bem compreendido quando avaliado sob três aspectos<sup>6</sup>:

- a) o pragmático, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa;
- b) o semântico-conceitual, de que depende sua coerência;
- c) o formal, que diz respeito à sua coesão.

## 2. O que é textualidade

Chama-se *textualidade* ao conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases. Beaugrande e Dressler (1983) apontam sete fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: a *coerência* e a *coesão*, que se relacionam com o material conceitual e lingüístico do texto, e a *intencionalidade*, a *informatividade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade*, a

<sup>5</sup> Cf. Gnerre (1985: 22)

<sup>6</sup> Cf. Schmidh (1978: 60)

*informatividade* e a *intertextualidade*, que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo.

### 2.1. Coerência e coesão

A *coerência* resulta da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual. É considerada o fator fundamental da textualidade, porque é responsável pelo sentido do texto. Envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do *partilhar* de conhecimento entre os interlocutores.

Um discurso é aceito como coerente quando apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do receptor. Essa questão é fundamental. O texto não significa exclusivamente por si mesmo. Seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo receptor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação. O produtor do discurso não ignora essa participação do interlocutor e conta com ela. É fácil verificar que grande parte dos conhecimentos necessários à compreensão dos textos não vem explícita, mas fica dependente da capacidade de pressuposição e inferência do receptor.

Assim, a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também da compatibilidade entre essa rede conceitual – o mundo textual – e o conhecimento de mundo de quem processa o discurso.

A *coesão* é a manifestação lingüística da coerência; advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual. Responsável pela unidade formal do texto, constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais.

Entre os primeiros estão os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre os tempos verbais, as

conjugações, por exemplos. Todos esses recursos expressam relações não só entre frases e seqüências de frases dentro de um texto.

Já a coesão lexical se faz pela reiteração, pela substituição e pela associação. A reiteração se dá pela simples repetição de um item léxico e também por processos como a nominalização (ex.: a retomada, através de um substantivo cognato, da idéia expressa por um verbo, como em *adiar/adiamento* ou *promover/promoção*). A substituição inclui a sinonímia, a antonímia, a hiponímia (quando o termo substituído representa uma parte ou um elemento e o substituidor representa o todo ou a classe – ex.: *carroça/veículo*), e a hiperonímia (quando o termo substituído representa o todo ou a classe e o substituidor uma parte ou elemento – ex.: *objeto/caneta*). Finalmente, a associação é o processo que permite relacionar itens do vocabulário pertinentes a um mesmo esquema cognitivo (por exemplo, se falamos *aniversário*, podemos em seguida mencionar *bolo*, *velinha*, *presentes*, e esses termos serão interpretados como alusivos ao mesmo evento).

A coerência e a coesão têm em comum a característica de promover a interrelação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar *de conectividade textual*<sup>7</sup>. A coerência diz respeito ao *nexo* entre os conceitos e a coesão, à expressão desse *nexo* no plano lingüístico. É importante registrar que o *nexo* é indispensável para que uma seqüência de frases possa ser reconhecida como texto. Entretanto, esse texto nem sempre precisa estar explícito na superfície do texto por um mecanismo de coesão gramatical. Vejamos um exemplo:

- (1) O Pedro vai buscar as bebidas. A Sandra tem que ficar com os meninos. A Tereza arruma a casa. Hoje eu vou precisar da ajuda de todo mundo.

<sup>7</sup> Cf. Mira Mateus et alii (1983: 186).

Uma fala como (1) é perfeitamente aceitável, tem coerência, faz sentido. Entretanto não apresenta marcadores sintáticos específicos que denotem sua coesão. O nexos entre as frases se constrói não no nível gramatical, mas no nível semântico-cognitivo.

Por outro lado, uma seqüência de frases interligadas por marcadores lingüísticos de coesão que não correspondessem a relações efetivas estabelecidas na estrutura lógico-cognitiva subjacente não seria um texto. É possível forjar artificialmente um exemplo para ilustrar (normalmente, a competência textual intuitiva impede que as pessoas produzam seqüências desse tipo):

- (2) No rádio toca um rock. O rock é um ritmo moderno. O coração também tem ritmo. Ele é um músculo oco composto de duas aurículas e dois ventrículos.

Em (2), a presença de recursos coesivos interfrasais (a recorrência deitem lexical assinalada por artigo definido, o articulador *também* e o pronome *ele*) não é suficiente para garantir textualidade à seqüência, já que ela não funciona como um todo significativo coerente.

Entretanto, é inegável a utilidade dos mecanismos de coesão como fatores da eficiência do discurso. Além de tornar a superfície textual estável e econômica, na medida em que fornecem possibilidades variadas de se promover a continuidade e a progressão do texto, também permitem a explicitação de relações que, implícitas, poderiam ser de difícil interpretação, sobretudo na escrita.

Nas seqüências (3) e (4) abaixo, por exemplo, o nexos é facilmente recobrável pelo leitor, embora não manifesto na superfície:

- (3) A máquina parou. Está faltando energia elétrica.  
 (4) Choveu. O chão está molhado.

O mesmo não acontece, porém, com as frases de (5a) a (5f). Nestes casos, se a relação pretendida não vier expressa, o receptor poderá atribuir ao enunciado sentido diferente do que o autor queria, sobretudo se, não se tratando de produção oral, não for possível depreender as intenções do produtor através da entonação. Veja-se:

- (5a) Paulo saiu. João chegou.
- (5b) Paulo saiu assim que João chegou.
- (5c) Paulo saiu, João chegou.
- (5d) Paulo saiu, porque João chegou.
- (5e) Paulo saiu, apesar de João ter chegado.
- (5f) Se Paulo saiu, João deve ter chegado.

Casos similares a (3) e (4) foram estudados por Insenberg (1986), que os interpretou como possibilidades de "textualização" entre frases assindéticas. O primeiro exemplifica a textualização por "conexão causal" (a máquina parou porque está faltando energia elétrica) e o segundo, por "interpretação diagnóstica" (pode-se verificar que choveu pelo fato de o chão estar molhado).

Ao contrário, os exemplos (5b-f), inspirados em Garcia (1977: 18-20, 262-264), não podem dispensar a conjunção, porque o nexos conceitual entre as informações é, digamos, mais frouxo e, portanto, de processamento não imediato. Há diferentes possibilidades de articulação e, por isso, a opção por uma delas precisa ser explícita.

Além disso, os recursos coesivos, quando presentes, devem obedecer a padrões prévios, caso contrário seu emprego será percebido como "infração textual"<sup>6</sup>, tornando "irregular" a seqüência em que ocorrem. Alguns dos princípios que orientam o emprego desses recursos serão lembrados mais adiante.

<sup>6</sup> Cf. Lang (1973) apud Conte (1977: 104-405).

Resumindo o que foi dito, o fundamental para a textualidade é a relação coerente entre as idéias. A explicitação dessa relação através de recursos coesivos é útil, mas nem sempre obrigatória. Entretanto, uma vez presentes, esses recursos devem ser usados de acordo com regras específicas, sob pena de reduzir a aceitabilidade do texto.

## 2.2 Os fatores pragmáticos da textualidade

Entre os cinco fatores pragmáticos estudados por Beaugrande e Dressler (1983), os dois primeiros referem-se aos protagonistas do ato comunicativo: a *intencionalidade* e a *aceitabilidade*.

A *intencionalidade* concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto. (...)

O outro lado da moeda é a *aceitabilidade*, que concerne à expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor.

Grice (1975, 1978)<sup>9</sup> estabelece máximas conversacionais, que seriam estratégias normalmente adotadas pelos produtores para alcançar a aceitabilidade do receptor. Tais estratégias se referem à necessidade de cooperação (no sentido de o produtor responder aos interesses de seu interlocutor) e à qualidade (autenticidade), quantidade (informatividade), pertinência e relevância das informações, bem como à maneira como essas informações são apresentadas (precisão, clareza, ordenação, concisão, etc.).

Mas é possível que, deliberadamente, o produtor queira apresentar um texto que desrespeite alguma(s) dessas máximas. Tal intenção,

<sup>9</sup> Apud Beaugrande e Dressler (1983: 118-123).

<sup>10</sup> Para maior aprofundamento, ver Koch (1986) e Guimarães (1986).

reconhecida pelo receptor, ganhará função significativa e resultará em efeito de sentido importante no jogo interativo. É o que Grice chama de "implicatura conversacional": o receptor prefere supor que a infração aos princípios conversacionais seja intencional e tenha alguma significação do que simplesmente aceitar que seu interlocutor possa produzir um discurso impertinente e sem sentido.

Charolles (1978:38) afirma que, em geral, o receptor dá um "crédito de coerência" ao produtor: supõe que seu discurso seja coerente e se empenha em captar essa coerência, recobrando lacunas, fazendo deduções, enfim, colocando a serviço da compreensão do texto todo conhecimento de que ele dispõe.

Assim, a comunicação se efetiva quando se estabelece um contrato de cooperação entre os interlocutores, de tal modo que as eventuais falhas do produtor são percebidas como significativas (às vezes, o sentido do texto está na sua aparente falta de sentido - cf. a piada), ou são cobertas pela tolerância do receptor. A margem de tolerância é tanto maior quanto mais conhecido é o assunto e mais informal é a situação. O produtor sabe da existência da tolerabilidade e conta com ela, assim como conta com a capacidade de pressuposição e inferência do receptor. Essa "cumplicidade" do receptor para com o texto é que possibilita que a produção não seja tarefa excessivamente difícil e tensa e, assim, viabiliza o jogo comunicativo.

O terceiro fator de textualidade, segundo Beaugrande e Dressler (1983), é a situacionalidade, que diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação sociocomunicativa.

O contexto pode, realmente, definir o sentido do discurso e, normalmente, orienta tanto a produção quanto a recepção. Em determinadas circunstâncias, um texto menos coeso e aparentemente menos claro pode funcionar melhor, ser mais adequado do que outro de configuração mais completa. Servem de exemplo as inscrições lacônicas

das placas de trânsito, mais apropriadas à situação específica em que são usadas do que um longo texto explicativo ou persuasivo que os motoristas sequer tivessem tempo de ler.

A conjunção dos três fatores já mencionados resulta numa série de conseqüências para a prática comunicativa.

Em primeiro lugar, é importante para o produtor saber com que conhecimentos do receptor ele pode contar e que, portanto, não precisa explicitar no seu discurso. Esses conhecimentos podem advir do contexto imediato ou podem preexistir ao ato comunicativo. Assim, uma informação aparentemente absurda como o exemplo a seguir, extraído de Elias (1981: 45), fará sentido para quem souber que Maria sofre de problemas gástricos de fundo nervoso e que passa mal sempre que come tensa, preocupada com o horário:

(6) Maria teve uma indigestão embora o relógio estivesse estragado.

Daí vem a noção de coerência pragmática, ou seja, a necessidade de o texto ser reconhecido pelo receptor como um emprego normal da linguagem num determinado contexto.

Outra conseqüência da conjugação desses três fatores de textualidade é a existência dos diversos tipos de discurso. A praxe acaba por estabelecer que, numa dada circunstância, tendo-se em mente determinada intenção ilocucional, deve-se compor o texto dessa ou daquela maneira. Assim, há convenções que regem o funcionamento da linguagem na interação social e que determinam, especificamente, qual o tipo particular de discurso adequado a cada ato comunicativo. Essa questão é da maior importância para quem trabalha com o ensino de redação, pois vem daí o fato de que a textualidade de cada tipo de discurso envolve elementos diferentes. O que é qualidade num texto argumentativo formal poderá ser defeito num poema, ou numa estória de suspense, ou numa conversa de botequim, por exemplo.

O interesse do receptor pelo texto vai depender do grau de informatividade. de que o último é portador. Esse é mais um fator de textualidade apontado por Beaugrande e Dressler (1983) e diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. Ocorre que um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo receptor, que não conseguirá processá-lo. Assim, o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato, que falam do conhecido, com ocorrências de processamento mais trabalhoso, que trazem a novidade.

Para mim, o texto com bom índice de informatividade precisa ainda atender a outro requisito: a suficiência de dados. Isso significa que o texto tem que apresentar todas as informações necessárias para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende. Não é possível nem desejável que o discurso explicita todas as informações necessárias ao seu processamento, mas é preciso que ele deixe inequívocos todos os dados necessários à sua compreensão aos quais o receptor não conseguirá chegar sozinho.

Beaugrande e Dressler (1983) falam ainda de um outro componente de textualidade: a intertextualidade, que concerne aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outro(s) texto(s). De fato, "um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual ele toma posição"<sup>10</sup>. Inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam como seu contexto. Isso é verdade tanto para a fala coloquial, em que se retomam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou o noticiário dos jornais, que

<sup>10</sup> Maingueneau (1976: 39), apud Koch (1986: 40).

requerem o conhecimento de discursos e notícias já divulgadas, que são tomados como ponto de partida ou são respondidos.

Há aqui uma questão interessante que não é mencionada pelos autores. É que o mais freqüente interlocutor de todos os textos, invocado e respondido consciente ou inconscientemente, é o discurso anônimo do senso comum, da voz geral corrente. Assim, avaliar a Intertextualidade, em sentido lato, pode significar analisar a presença dessa fala subliminar, de todos e de ninguém, nos textos estudados<sup>11</sup>. Por outro lado, como esse discurso é de conhecimento geral, pode-se também considerá-lo como informação previsível e avaliar sua presença como elemento que faz baixar o grau de informatividade. Foi essa a minha opção na análise de redações que apresento adiante.

Relacionando os conceitos de texto e textualidade, poder-se-ia dizer, em princípio, que a unidade textual se constrói, no aspecto sociocomunicativo, através dos fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e Intertextualidade); no aspecto semântico, através da coerência; e, no aspecto formal, através da coesão.

É possível, no entanto, repensar esse arranjo, se se considerar que a informatividade e a Intertextualidade dizem respeito, também, à matéria conceitual do discurso, na medida em que lidam com conhecimentos partilhados pelos interlocutores. Ao mesmo tempo que contribuem para a eficiência pragmática do texto, conferindo-lhe interesse e relevância, esses dois fatores também se colocam como constitutivos da unidade lógico-semântico-cognitiva do discurso, ao lado da coerência. Assim, poder-se-ia situá-los a cavaleiro, parte no plano sociocomunicativo, parte no plano semântico-conceitual. Foi dessa maneira que os considere neste trabalho.

---

<sup>11</sup> Para maior aprofundamento, ver Koch (1986) e Guimarães (1986).